

economia

Defesa de Vercaro pede acesso a dados de perícia

Foram nove mensagens entre Vercaro e Moraes em 17 de novembro

/ INVESTIGAÇÃO

A defesa do empresário Daniel Vercaro, dono do Banco Master, pediu ao STF (Supremo Tribunal Federal) acesso integral aos elementos técnicos das perícias já realizadas nos celulares apreendidos no âmbito da operação Compliance Zero. O objetivo, segundo nota divulgada pelos advogados do banqueiro, é realizar uma “análise independente por assistente técnico da defesa”, ou seja, fazer uma perícia própria do material, além de identificar possíveis ilicitudes na obtenção das provas.

O requerimento foi feito no dia 16 de fevereiro, antes da nova ordem de prisão de Vercaro, determinada na última quarta-feira pelo ministro André Mendonça, relator das investigações sobre o Master no Supremo. Os advogados afirmam que o pedido ganhou “especial relevância diante de notícias amplamente divulgadas na imprensa com supostas mensagens extraídas dos aparelhos”, como as conversas atribuídas ao empresário com o ministro Alexandre de Moraes.

De acordo com a nota de defesa de Vercaro, isso “levanta preocupação sobre a preservação da integridade do material e sobre eventual manuseio precipitado ou tecnicamente inadequado das informações”.

A defesa quer acesso aos dados brutos extraídos dos apa-



RUBENS CAVALLARI/ESFERA BRASIL/DIVULGAÇÃO/JC

Averiguação ocorreu em celulares usados pelo empresário do Master

relhos eletrônicos, imagens forenses completas, laudos periciais, registros técnicos de extração e códigos de verificação que asseguram a integridade das evidências.

“O pedido busca garantir a observância das regras de custódia da prova digital e assegurar o pleno exercício do contraditório”, diz o texto, destacando que o acesso permitirá o exame “com transparência, integridade e respeito ao devido processo legal”.

A defesa disse ter reiterado “sua preocupação com vazamentos seletivos de conteúdos que estariam sob sigilo judicial” e reafirmado o “compromisso de utilizar qualquer material obtido exclusivamente para fins processuais, preservando o sigilo

das informações”.

Foram nove mensagens trocadas entre Vercaro e Moraes entre as 7h19min e as 20h48min de 17 de novembro, dia em que o banqueiro foi preso pela primeira vez. O empresário narra negociações para tentar salvar o Master e o ministro respondia por mensagens de visualização única.

Moraes divulgou duas notas negando ter recebido as mensagens. Na primeira, disse tratar-se de “ilação mentirosa no sentido, novamente, de atacar o Supremo”. Na segunda, a assessoria do STF diz que as mensagens de Vercaro estão vinculadas “a pastas de outras pessoas de sua lista de contatos” e não ao ministro.

Investigação detalha como Vercaro desviava dinheiro para familiares

Daniel Vercaro transformou o Banco Master, liquidado pelo Banco Central em novembro, em uma fábrica de fazer dinheiro para si próprio, familiares e sócios. Por meio de uma sofisticada engenharia financeira, o ex-banqueiro teria transferido recursos do banco para o próprio bolso. A descrição do esquema abaixo tem como base documentos das diversas investigações conduzidas pela PF (Polícia Federal) no caso Master. As investigações identificaram uma conta bancária de Henrique Moura Vercaro, pai do ex-banqueiro, com um saldo de mais de R\$ 2,2 bilhões, conforme informação que faz parte da decisão judicial que autorizou as operações da PF. Vercaro, que já tinha ido para a prisão em novembro, foi preso pela segunda vez neste mês.

A engrenagem para transferir o dinheiro do Master para as pessoas investigadas se utilizava da venda de CDBs (Certificados de Depósito Bancário), falsos empréstimos a empresas controladas por laranjas e fundos de investimento, numa logística em que o dinheiro saía dos cofres do banco e beneficiava pessoas ligadas ao ex-banqueiro.

O esquema começava com a venda de CDBs, via plataformas de investimento voltadas a pessoas físicas, com uma promessa de remuneração muito acima da média de outros bancos. Essa foi a principal forma de captação de recursos do conglomerado Master, somando mais de R\$ 50 bilhões.

Esse dinheiro atraído por meio de CDBs tinha como destino fundos de crédito que possuíam como único investidor o próprio Master, segundo as investigações. Já den-

tro do fundo, esses recursos eram usados para conceder uma espécie de empréstimo a empresas.

Por trás de uma aparente transação financeira rotineira de um fundo se escondia um desvio de recursos. Esses empréstimos iam para empresas ligadas a Vercaro, sua família e sócios, indicando uma operação falsa de crédito porque o dinheiro não tinha como destino investimentos nos negócios, como na expansão de uma fábrica, por exemplo.

Ou seja, o dinheiro saía do Master e ia para companhias ligadas a pessoas do círculo de Vercaro depois de passar por um fundo que tinha como único cotista o próprio banco. Por meio desse esquema, dos mais de R\$ 3,5 bilhões investidos pelo Master em fundos em que o banco é o único cotista, R\$ 1,8 bilhão teve como destino empresas ligadas aos próprios sócios do banco, indica a PF.

É o caso da Clínica Mais Médico, um pequeno empreendimento que recebeu cerca de R\$ 361,1 milhões de um fundo controlado pelo Master. m ia sendo desviada.

Com esses recursos, essas pessoas transferiram o dinheiro para uma conta bancária mantida no Master por uma empresa ligada a Vercaro, a Super Empreendimentos e Participações. “A extensão e a complexidade destas cadeias de transações apresentam indícios de que as operações foram estruturadas mediante a participação coordenada do Banco Master e da Reag DTVM, possuindo o objetivo comum de desviar recursos do conglomerado Master para outros veículos com destinação alheia aos interesses da instituição”, mostra a investigação.

Presidente da CPI do INSS rebate Moraes sobre vazamento de conversas

GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO/DIVULGAÇÃO/JC



Carlos Viana (e) diz que comissão atua dentro dos limites legais

O senador Carlos Viana (Podemos-MG), presidente da CPI do INSS, rebateu a nota divulgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a pedido do ministro Alexandre de Moraes e afirmou que a comissão parlamentar não divulgou material sigiloso envolvendo integrantes da Corte. A manifestação foi publicada nas redes sociais após a nota a pedido de Moraes afirmar que conversas encontradas no celular do empresário Daniel Vercaro, dono do Banco Master, no dia em que foi preso foram tornadas públicas pela CPI do INSS. No comunicado, Moraes nega que prints de mensagens atribuídos ao banqueiro tenham sido

enviados a ele. Segundo Viana, a comissão atuou dentro dos limites legais e não foi responsável pelo vazamento de qualquer conteúdo sigiloso. “A CPMI sempre atuou dentro dos limites legais e regimentais”, escreveu. Ele acrescentou que é necessário identificar a origem das informações divulgadas antes de atribuir responsabilidade ao Parlamento.

O texto, divulgado pela Secretaria de Comunicação do STF, afirma que uma análise técnica constatou que o diálogo divulgado foi travado com outra pessoa, e que “as mensagens (prints) estão vinculadas a outros contatos telefônicos no computador de Daniel

Vercaro, jamais ao Ministro Alexandre de Moraes”. Na nota, o ministro não nega, porém, que tenha conversado com Vercaro em 17 de novembro do ano passado, dia no qual o banqueiro foi preso pela primeira vez.

Pessoas ouvidas pela reportagem confirmam que houve troca de mensagens entre ambos neste dia. A troca de mensagens se dava com prints no modo visualização única. Para manter o sigilo, tanto Vercaro quanto Moraes escreviam textos em seus blocos de notas, capturavam a tela e enviavam as imagens com o recurso que só permite uma única visualização antes de apagar o arquivo.